

## DOSSIÊ - LAICIDADE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS CONSERVADORES

### APRESENTAÇÃO

No dia 28 de outubro de 2018, após o resultado das eleições, o Estado Laico no Brasil sofreu a sua mais contundente ameaça no período pós-ditadura empresarial-militar. As primeiras palavras do presidente recém eleito se deram numa rede social e com a Bíblia na mão, colocando em segundo plano a constituição brasileira promulgada em 1988.

Logo em seguida, em seu discurso à nação, exibido pelas redes de televisão, solicitou a uma figura pública da bancada evangélica que fizesse uma oração, afrontando diretamente o caráter laico do Estado brasileiro. Naquele momento, já percebemos indícios de que haveria interferências do novo governo no que diz respeito à laicidade do Estado.

Outra preocupação com relação a laicidade está relacionada com a questão escolar, mais especificamente, a discussão curricular, pois há sinais de que a teoria da evolução será preterida ao ensino do criacionismo. Sem falar nos ataques às práticas dos professores e das professoras nas escolas sob a alegação de que os mesmos ideologizam os alunos e as alunas com relação às questões dos gêneros e sexualidades, assim como esquerdopatizam os estudantes.

Não obstante, observamos ainda a introdução do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alertando-nos sobre o caráter ideológico cristão que a educação brasileira pode tomar.

Em meio a uma conjuntura conservadora, consideramos imprescindível a organização de um Dossiê que defenda a laicidade do Estado e da educação pública brasileira. Entende-se que o conservadorismo é uma visão social de mundo cujo discurso se baseia no estilo de pensamento conservador, que por sua vez se fundamenta no tradicionalismo inventado, para construir uma agenda política que se baseia na desigualdade social.

Com efeito, o conservadorismo é a face autoritária do senso comum que alimenta o fascismo, a xenofobia, o machismo, o racismo, a LGBTfobia e, principalmente, o ódio às pessoas pobres e indefesas. O conservadorismo se alimenta das crises políticas, econômicas, apontando para o "bandido", identificado como a 'esquerda', normalmente chamada de comunista revolucionária, progressiva, baderneira, entre outros adjetivos.

Dessa forma, por todas as problemáticas aqui apresentadas, os textos que versam sobre essas temáticas e as linhas de resistências a esse modelo de sociedade estão presentes neste Dossiê.



O primeiro deles é o artigo “Ensino de ciências e biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões” de Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba; Maria Carolina Pires de Andrade e Sandra Escovedo Selles. Nele os autores, a partir do conceito de *restauração conservadora* elaborado por Michael Apple (2001; 2015; 2017), refletem sobre os rumos das políticas curriculares que interpelam as disciplinas escolares Ciências e Biologia na atualidade. Aproximando-nos de tensões que são fruto das históricas disputas entre o público e o privado na educação brasileira, debatem as incursões recentes do conservadorismo sobre os currículos dessas disciplinas. Assim, apresentam e discutem tentativas de constrangimento ao ensino de determinadas temáticas que são atravessadas por controvérsias socioculturais: evolução biológica; corpo humano, saúde e diferença; diversidade étnico-racial. Por fim, também sinalizam severas ameaças aos princípios democráticos que regem a educação do país.

O segundo texto de autoria do pesquisador português Francisco Amaral José Silva Luís, intitulado “Travestis brasileiras: modos de subjectivação e exclusão a partir da morfologia discriminatória do estado não laico de Bolsonaro”, argumenta que o Estado laico é uma conquista política e de autonomização dos cidadãos perante o metafísico. Porém, pensar que as dinâmicas de poder se esgotam na legitimidade metafísica, redundaria numa utopia. Para o autor os Estados-nação clássicos, assentes em território, população e soberania, lançam os alicerces das identidades nacionais ao estabelecer fronteiras, surgindo o imigrante, produzido como ilegal, sem papéis ou indocumentado. O artigo enfatiza igualmente que paralelamente, assim como as geografias e suas porosidades seletivas, produzem categorias, também o corpo e o gênero são produzidos a partir da estrutura, como heteronormativos. Finaliza ponderando que cumulativamente, quando ao poder político e simbólico das fronteiras dos Estados, se junta a moral religiosa do Estado não laico acentua-se a violência sobre aqueles que as Trans(-)puseram, como é o caso das Travestis.

O terceiro artigo “A laicidade como objeto de produção intelectual” foi escrito por mim e teve como objetivo levantar e analisar a produção sobre laicidade registrada no Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), em especial na sua página da internet no link chamado “biblioteca” na aba “textos disponíveis na internet”. A proposta é contribuir na construção de uma bibliografia mais atualizada sobre o tema. O recorte temporal é de 2000 a 2018, todavia a maior parte dos textos selecionados na mencionada aba foi do período em que o OLÉ esteve ligado ao Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ, entre 2007 e 2013. Isso se justifica pelo fato de o Observatório, nesse momento, ter um mínimo de estrutura de funcionamento: bolsistas, funcionários e docentes. Os textos foram organizados em quatro grupos: Ensino Religioso nas escolas públicas; laicidade a partir de perspectivas históricas e filosóficas; a relação entre a laicidade, a política e a legislação; e, por último, a relação da laicidade com o ensino de ciências.

As autoras Amanda André de Mendonça e Fernanda Pereira de Moura no artigo ““Ideologia de gênero” e escola sem partido: a agenda privatizante moralizadora para a educação brasileira” meditam sobre dois temas que vêm marcando as discussões recentes do campo educacional brasileiro, a saber, o Movimento Escola sem Partido e a dita “ideologia de gênero”. Para tanto, tratam de tais temáticas à luz do que denominam de formação de uma *agenda privatizante moralizadora* da educação brasileira. Para discutir a composição dessa agenda, o artigo aborda a relação entre Estado, religião e democracia, discutindo a concepção de laicidade, a construção de um quadro conservador que se desenhou no Brasil de forma mais explícita na última década e seus contornos para a educação. Apresentam também a ingerência de diferentes segmentos conservadores, com destaque para a ação de agentes religiosos na produção das políticas educacionais recentes do país. A identificação desses agentes, suas movimentações e discursos constituem parte deste trabalho, que procura compreender as estratégias utilizadas, bem como identificar os principais argumentos que vêm permitindo implementar e sustentar essa agenda na cena educacional do país.

O artigo “Entre diálogos: estado, política e religião no legislativo Acreano” dos autores Talita Pereira de Almeida; Wlisses James de Farias Silva e Rafael Marques Gonçalves teve o propósito em verificar se, no processo de modernização que originou o modelo de sociedade secularizada de hoje, houve de maneira efetiva uma separação entre política e religião. Nesse sentido, objetivou um estudo sobre a Bancada Evangélica na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, composta por políticos evangélicos distintos que se articulam de forma contrária a questões como a legalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização das drogas por exemplo. Articulam que tais atores políticos defendem a religião cristã e a moral religiosa dentro das decisões e questões do Estado por considerarem que ela é fundamental na promoção e colaboração do desenvolvimento social.

Em “Pedagogia do Transteatro: educação, gênero e diversidade sexual” Joaquim Pires Reis visa elucidar o aprendizado da arte na educação sem perder sua estética, como momento propício para falar de gênero e diversidade sexual, para desconstruir e desnaturar o machismo e a homofobia nas escolas e para a afirmação das minorias. Para compreender, entender e vivenciar a Arte Educação unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado e conservador.

O sétimo artigo denominado “Ensino Religioso em Porto Alegre: modelos gerais e práticas específicas” de Giovani Zanirati apresenta uma pesquisa que começou em 2014, com o objetivo de observar o material aplicado nas aulas de Ensino Religioso em Porto Alegre. Segundo o autor o histórico da disciplina em escolas públicas é marcado por forte presença do cristianismo em seu conteúdo, material escolar, formação dos professores e práticas do dia-a-dia como, por exemplo, orações. Ou seja, além de

garantir espaço para uma religião específica se manifestar, a disciplina desconsiderou a pluralidade religiosa existente na sociedade brasileira ao excluir as outras práticas de crenças.

No oitavo artigo do Dossiê, “O projeto educacional da União Católica Militar e o seu papel de aparelho privado de hegemonia na difusão de um pensamento conservador teocrático”, Pedro Henrique Lessa Torres através da Revista *O Centurião* e do intelectual conservador católico Jackson de Figueiredo, analisou o projeto educacional da União Católica Militar (UCM), uma associação de militares católicos, surgida na década de 1920, com o propósito maior de combater o movimento tenentista, através da difusão de valores morais católicos entre os membros das forças armadas. A UCM recebeu apoio da cúpula do exército, assim como de altas autoridades eclesiásticas da Igreja Católica, atuando como um aparelho privado de hegemonia que difundiu uma escala de ideais conservadores por todo o país e colocou em perigo a laicidade do Estado Brasileiro.

Para finalizar o Dossiê apresentamos o texto “Os desafios da educação: intolerância e inconstitucionalidade do Manifesto à nação (FPE) do programa de governo de Jair Bolsonaro” das autoras Danielle Do Nascimento Rezera e Raquel Gomes D’Alexandre. Nele é analisado o documento intitulado “Manifesto à nação: o Brasil para os brasileiros”, elaborado no ano de 2008, pela Frente Parlamentar Evangélica – FPE e suas implicações ao regimento jurídico estabelecido pela Lei nº 9.394/96, com o intento de verificar se a figura do direito público subjetivo presta-se à exigibilidade de nossa Constituição Federal de 1988 no cenário em que há forte influência dos quadros da bancada evangélica na proposição de medidas políticas para a Educação. O “Manifesto” foi direcionado ao Governo de Jair Bolsonaro tendo em vista a execução de um conjunto de propostas para a condução das políticas públicas da área. Concluiu-se demonstrando as amarras dos interesses políticos e ideológicos envolvidos na presunção de um novo modelo de Educação.

Além dos textos apresentados no Dossiê, contamos ainda neste número da Revista Interinstitucional Artes de Educar com três artigos na seção de fluxo contínuo, duas resenhas, uma entrevista e um relato de experiência. Posso dizer que o conteúdo do que está sendo discutido e exposto mostra-se como aquilo que Foucault (2010<sup>i</sup>) denominou da necessidade de se tomar uma atitude exigente, prudente e experimental entre a consciência filosófica e a política concreta para que não tenhamos ações desastrosas. Segundo o referido autor:

(...) é preciso a cada instante, passo a passo, confrontar o que se pensa e o que se diz com o que se faz e o que se é. (...) A chave da atitude política pessoal de um filósofo não deve ser buscada em suas ideias, como se pudesse delas ser deduzida, mas sim em sua filosofia de vida, em sua vida filosófica, em seu *êthos*. (p. 218)

Os autores aqui presentes evidenciam essa preocupação em seus textos entre a sua consciência filosófica e sua a atitude exigente, com sua filosofia de vida, em sua vida filosófica, em seu *êthos*. Sendo assim, convido a todos a mergulharem na leitura deste volume da revista.

***José Antonio Sepulveda***

Organizador do Dossiê

**Notas:**

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. Política e Ética: uma entrevista. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.